

A PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS POPULARES NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA PORTUGUESA: UMA DISCUSSÃO

Edna Maria Matos Antonio

Doutora em História e Cultura - Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe

ednamatos.antonio@gmail.com

Resumo:

o artigo indica uma discussão que problematiza a participação dos grupos populares no processo de emancipação da América portuguesa. Caracterizado como um tema marcado pela indisponibilidade de fontes produzidas por esses agentes e pelo protagonismo da elite, questiona-se a difundida ideia de apatia política. Para estruturar essa discussão foram analisados elementos de fundo histórico por meio da análise de documentos e bibliografia selecionada. O reconhecimento da existência de interesses, elaboração de ideias e projetos de sociedade pelos grupos populares implica em verificar formas específicas de interação com o mundo da política, diante das condições possíveis de atuação nessa fase de definição do futuro político dessa ex-colônia.

Palavras chaves: Independência, América Portuguesa, participação popular, escravidão, política.

THE PARTICIPATION OF POPULAR ELEMENTS IN THE PROCESS OF INDEPENDENCE IN PORTUGUESE AMERICA: A DISCUSSION

Edna Maria Matos Antonio

Doutora em História e Cultura - Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe

ednamatos.antonio@gmail.com

Abstract:

This article indicates a discussion that problematize the issue of participation of popular groups in the Portuguese America emancipation process. Characterized as a subject marked by unavailability of sources produced by these agents and the role of the elite questions the widespread idea of political apathy. To structure this discussion were analyzed historical background elements through the analysis of documents and selected bibliography. The recognition of interests, development of ideas and projects of society by popular groups implies verify specific forms of interaction with the world of politics, given the possible conditions of performance in this definition phase of the political future of this former colony.

Keywords: Independence, Portuguese America, popular participation, slavery, politics



A participação dos elementos populares no processo de emancipação que levou a consituição de nosso país é tema instigante que suscita debates e descofianças. Sensação de onipresença, ficamos com a impressão de que “eles” – escravos, libertos, homens e mulheres pobres livres, brancos ou mestiços – estavam "lá", mas não conseguimos compreender ou apreender como essa presença foi materializada e transformada em participação e/ou ação política naquele momento em particular. Ainda que pese a indisponibilidade de fontes produzidas por esses agentes como fator para a falta de visibilidade, computa-se à essa dificuldade a consolidação de uma visão que prioriza a ideia de apatia política desses segmentos que, por uma escolha consciente, deixou para as elites coloniais a tarefa árdua de trilhar o caminho perigoso que conduziria a colônia a autonomia política e sua transformação em nação – bastante enraizada na memória social com efeitos profundos para nossa compreensão atual das nossas relações com o poder.

O caráter elitista e conciliatório do movimento autonomista brasileiro, não negado – e que por princípio não inviabiliza a presença de outros grupos sociais, pelo contrário, o problematiza –, domina os horizontes de interpetação no qual predominam a dinâmica dos bastidores da negociação política na corte fluminense e o debate da imprensa promovido por uma elite letrada como espaços exclusivos da discussão política. A análise feita pelo intelectual paulista Caio Prado Jr, um dos pensamentos mais representativos sobre a questão, em obra de 1933, inova ao destacar a presença das classe populares no processo histórico, mas reforça a percepção da atomia política entre os setores populares no Brasil das primeira décadas do século XIX:

Os meses que medeiam da partida de D, João à proclamação da Independência, período final em que os acontecimentos se precipitaram, resultou num ambiente de manobras de bastidores, em que a luta se desenrolava exclusivamente em torno do príncipe regente, num trabalho intenso de o afastar da influência das cortes portuguesas (...) Resulta daí que ‘a Independência se fez por uma simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente e sua política. Fez a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto de uma classe que da nação tomada em conjunto. (PRADO JR, p. 52-53, 1999)

O autor expressa, neste trecho já clássico, sua constatação acerca da deficiência do potencial revolucionário brasileiro, aspecto recorrente, sob sua ótica, em diversos episódios na história

do país. Talvez, mais problemático do que a aceitação da ausência de condições históricas favoráveis para a maturação de ação revolucionária idealizada, seja a indicação da manipulação a que foram submetidas esses grupos sociais. Essa caracterização dos segmentos populares como massa de manobra da classe dominante, os que realmente participavam do jogo da política, deitou raízes no ideário político de nossa origem com ampla repercussão para o ensino de história do Brasil e a compreensão do passado, induzindo à conclusão de que os sujeitos históricos dessa época – as pessoas comuns – não possuíam condições de formular entendimentos próprios das questões que a realidade vivida impunha, principalmente em momento tão delicado e criativo politicamente. Contudo, desconfia-se da impossibilidade que, sob um contexto tão rico de discussões políticas decisivas, os indivíduos ou grupos de variadas matrizes sociais, não se envolveram de alguma maneira ou não possuíam condições de formular suas próprias opiniões e expectativas.

A explicação para a construção dessa imagem admite várias origens numa combinação de elementos históricos/historiográficos intrigantes. Pode-se aventar questões de época relacionadas ao modo depreciativo, mesmo diminuído, com que os elementos populares são referidos na documentação produzida pela elite – e a posterior aceitação tácita dessas construções sem crítica. Acrescente a isso a tônica de um discurso oficial originado na historiografia oitocentista que elaborou uma interpretação e um discurso que, ao mesmo tempo que ajudou a ocultar a violência do nosso processo de autonomia, amenizava a possibilidade de um envolvimento amplo da sociedade colonial nessa importante etapa de transformação institucional.

Nessa elaboração representacional sobre o povo na política, que vigorou durante muito tempo no pensamento social brasileiro, pesava na produção historiográfica certo ranço de uma ideologia ancorado na compreensão da Ilustração acerca dessa categoria social. No processo de confecção dos referenciais identitários do nacionalismo brasileiro pelo viés da História, sobre a participação política das camadas populares, firmou-se a ideia de povo inculto, logo, desprovido de capacidade de ação política do ponto de vista de uma “ação racional e articulada”. Além disso, a escrita do passado naquela época pautava-se numa concepção de história como a seleção dos personagens e fatos relevantes relacionados ao poder, a guerra e ao Estado, uma história das elites. Tratava-se de uma história épica, predominantemente narrativa, que se interessava pelos grandes personagens e seus atos extraordinários, com pouco espaço para a



participação dos sujeitos comuns no processo mais amplo da História, delegando a eles o papel de coadjuvante.

Foi necessário uma modificação importante na historiografia sobre o tema da política para que uma reavaliação dos assuntos nessa área ocorresse. As décadas de 80 e 90 do século XX podem ser vistas, no campo do debate intelectual, como um momento de tratamento de questões epistemológicas bastante profícuo que proporcionou o redimensionamento do “político” na história e seu estudo. Originada no movimento acadêmico francês, com plena assimilação dos referenciais de reflexão inaugurados pelos estudos de René Remond (2003), Serge Berstein (1998) e Jean-François Sirinelli (1998), o debate chamou a atenção dos historiadores para a constante exigência de atualização e reformulação de seus problemas conceituais e teóricos, permitindo a construção de uma proposta de conhecimento interdisciplinar – principalmente a partir do diálogo com a Antropologia e, especialmente, com o tema da Cultura. Na busca de uma interpretação mais profunda e complexa do passado, *poder, política e cultura política*, mais do que conceitos teóricos, passaram a ser categorias de análise fundamentais que orientaram as pesquisas históricas nos últimos anos.

Essa nova abordagem metodológica/conceitual sobre o político norteou os estudos no Brasil que revisaram importantes processos históricos. No que tange ao processo de emancipação, seus principais frutos podem ser identificados na elaboração de novas abordagens e explicações com destaque para as sociabilidades políticas, o vocabulário, as instituições, a diversidade das dinâmicas espaciais e temporais, as estratégias, os agentes – neste aspecto, incorporou-se a reflexão sobre os novos protagonistas, inexplorado até então¹.

Ainda sobre o povo “anônimo” no processo de Independência, pensa-se que a discussão sobre a natureza e formas de manifestação do político em moldes explicativos mais complexos permitiu reconhecer que a politização desses setores possa ter ocorrido por outros comportamentos, estratégias ou formulações que não os ditos racionais nem enquadrados em

¹ Ver: ANTONIO, Edna Maria Matos. *A independência do solo que habitamos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. NEVES, Lúcia Maria B. P. *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo*. A cultura política da Independência. 1820-1822. Rio de Janeiro: Revan, 2003. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. São Paulo: Hucitec, 2005. LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil – bastidores da política*. 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. BERBEL, Márcia. *A nação como artefato*. Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999. SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada*. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: Editora UNESP, 1999.

certos parâmetros de atitudes do que se espera de uma ação política “consciente” ou organizada. Nas análises sobre o passado, a idealização de comportamentos é tão perigosa quanto o anacronismo – procedimentos de interpretação em que as estruturas de uma época são avaliadas mediante valores contemporâneos –, algo sempre problemático para o historiador, e que leva a não enxergarmos as dinâmicas e seus sentidos sociais nas temporalidades próprias. Por isso, o modo de interpretar o viver a política no Antigo Regime pode causar o não reconhecimento dessas práticas e, por conseguinte, a desconsideração do valor social de uma determinada ação.

Assim, a observação de Berstein sobre cultura política permite a identificação de uma importante contribuição para o tratamento da questão que nos auxilia em nossa proposta de análise:

Eles [os historiadores] constataam a existência, num dado momento da história, de vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos (BERSTEIN, 2009, p. 32).

Entende-se que captar a presença de grupos populares na Independência, suas ideias e formas de atuação, continua um desafio temático e analítico, principalmente quando se objetiva dar visibilidade e significados à ação dos sujeitos que, de forma não muito evidente, deixaram indícios dessa participação. Uma possibilidade de exploração do problema pode ser trilhada com a reflexão do registro da experiência dos mestiços e negros que atuaram nas lutas de independência, das referências sobre a existência de um ideário político vigente entre os homens livres pobres e das manifestações de rebeldia da população cativa – vistas como vestígios de um modo de participação/ação política que não deixava de dialogar com a condição de subalternidade/marginalização e as estratégias políticas permitidas por essa situação.

O espaço social selecionado para essa reflexão histórica remete-nos à recém-criada província de Sergipe no ano de 1820 e no contexto da movimentação pela emancipação. Por meio da análise de documentos – em que foram utilizadas algumas informações originadas da documentação da província da Bahia – e bibliografia selecionada, buscou-se identificar elementos de discussão no tratamento do tema das manifestações de interesses e elaboração de ideias e projetos de grupos populares nessa fase de definição do futuro político da ex-colônia portuguesa. Cabe ressaltar um dado importante e já referido: os indícios são coletados da documentação oficial e/ou privada produzida pela elite. O recorte temporal alonga-se para uma

fase posterior a 1822, pois foram adotados parâmetros cronológicos estendidos sobre a independência – outro importante ponto de reavaliação historiográfica recente que não poderá ser abordado aqui, mas que, simplificada, visualizam a autonomia como um processo que levou um tempo mais longo para se concretizar².

Libertos, escravos e uma politização possível: as tropas

Considerar a participação dos negros e libertos nas lutas da independência implica, primeiramente, refazer a forte ideia de ausência da violência no processo de emancipação da América portuguesa. Por uma perspectiva comparativa, avalia-se que as lutas pela independência na América espanhola destacam-se pelo agravamento da violência, aspecto que conduziu todo o processo político e implicou em um melhor desempenho na construção de um cenário revolucionário, transformador das estruturas coloniais.

Assim, nas ex-colônias espanholas da América houve o enfrentamento de tropas metropolitanas e as forças coloniais, que levou a uma constante necessidade de armar a população colonial, inclusive os escravos. Neste aspecto, as lutas de independência teriam contribuído significativamente para desarticular a escravidão, o que qualificaria a atuação dos exércitos libertadores nos espaços coloniais como portadora de um sentido democratizante sobre a sociedade americana. Por outro lado, a origem do Exército Nacional teria se antecipando à estruturação do Estado, mesclando disputas oligárquicas e o caudilhismo militar com resultados imprevisíveis (COSTA, 1996, p. 34).

Já na América portuguesa, por não ter sido necessário armar a população para o enfrentamento com a metrópole (sem que este fato denote um caráter pacífico das lutas desenvolvidas no Brasil, um tema que a historiografia recente tem reavaliado para evidenciar a existência de uma intensa militarização desse processo), a possibilidade de conflito que se desenhava era sobre a ocorrência de uma guerra civil pelo confronto de partidários dos projetos políticos de grupos

² Ver: MALERBA, Jurandir (org). *Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.



sediados no Rio de Janeiro, Bahia ou Lisboa³. Nessas localidades, a adesão popular levou a um cenário de instabilidade em que as lideranças políticas precisavam arregimentar indivíduos para engrossar as tropas a fim de demonstração de força e ativa capacidade de enfrentamento entre grupos rivais nas disputas e conflitos no Estado que nascia.

Um lado da questão é a presença física de libertos e, no limite de uma situação de crise política, de escravos compondo as tropas. A produção do conhecimento historiográfico do período colonial tem evidenciado o significado do recrutamento militar para as camadas pobres. A participação de homens livres nas tropas não era algo exatamente bom. Usado como meio de disciplinamento da população masculina desocupada, o recrutamento era tradicionalmente uma atividade conflituosa, um momento temido e repudiado pela população, pois implicava também no afastamento do indivíduo de suas atividades econômicas e sociais por um tempo razoável e provocava uma inserção forçada. Além do elemento econômico, aprofundava-se a questão da cor nas tropas, como observou Luís dos Santos Vilhena: “todos os brancos que não têm emprego público, mulatos forros e negros libertos, têm praça nos diversos corpos, tanto da tropa de linha, como das milícias urbanas, sendo os destes obrigados a fardar-se à sua custa” (1922, p. 46).

Já a possibilidade de uso de escravos nas forças militares na Independência constituía um assunto dos mais espinhosos na sociedade colonial escravocrata brasileira. Numa colônia com um número significativo de cativos na população, essa utilização era particularmente perigosa. O exame das lutas na província da Bahia, por exemplo, fornece indícios significativos do tipo de tensão que pairava sobre a questão, pois podem ser lidas como um ensaio da disputa que se criaria sobre esta controversa utilização. São bastante contundentes as demonstrações do temor causado aos proprietários ante o uso mais prolongado de escravos na composição das tropas e as consequências daí decorrentes para a manutenção do cativo dessas populações após o fim das guerras de emancipação política (CARVALHO, 1988; WISIAK, 2005).

³ As divergências de opiniões políticas se manifestaram em torno de dois processos cruciais naquele contexto: a disputa, entre as Cortes em Lisboa e o Rio de Janeiro e suas respectivas propostas, pela captação do apoio político das elites das províncias no Brasil, ou frear a adesão do Brasil à Revolução; e, relacionado ao resultado da primeira situação, mas num momento posterior, a aceitação ou não do projeto de Independência do Brasil liderado por D. Pedro. Nesse momento, estabeleceu-se outro jogo de forças, agora em torno dos projetos de Estado que envolvia concepções liberais federativas e liberais unitaristas. Ver: ANTONIO, Edna Maria Matos. *A independência do solo que habitamos*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

Na medida em que se instituísse o recrutamento entre a população de cativos, as guerras de Independência teriam um efeito corrosivo sobre a escravidão, que inevitavelmente levaria a considerar a abolição na elaboração de projetos de Estado Nacional (WISIAK, 2005). Tal questão poderia possivelmente abrir outro campo de divergências de natureza política – mais um ponto de embates no qual gravitaria tensos conflitos na elite proprietária.

Outro aspecto interligado é a formulação de ideias políticas por esses agentes que encontravam nos quartéis seu locus de discussão. Assim,

de alguma forma, a tropa se constituía em um lugar de coesão e de tensão social, e sua mobilização tanto poderia sustentar uma determinada posição quanto funcionar como um estopim, uma ocasião especial para expressar descontentamentos ou reivindicações; enfim poderia propiciar a presença popular nas ruas e praças públicas. (CARVALHO, 1988, p.188.)

Deste modo, pode-se aventar que um ideário republicano mesclado de questões raciais pairava nos quartéis. Na análise de Ubiratan Araújo, os “negros da terra”, mecânicos e soldados, não mais africanos e sem chances de se tornarem portugueses, pensavam além de questões materiais: “Eles sonharam vir a ser iguais em direitos aos brancos, o que só poderia ser viável em um outro Estado que os incluísse como cidadãos. O soldado Lucas Dantas, em 1798, dizia com propriedade que só a república interessaria aos homens pardos” (ARAÚJO, 2004, p. 254).

Esses dois aspectos: a presença de escravos e libertos nas tropas e a discussão política que essa experiência permitia se entrelaçavam no contexto das lutas pela independência, agudizando a já grave tensão social e sensação de instabilidade política. Na província de Sergipe, a percepção de que era prudente evitar o descontrole social pode ser captada nos escritos do brigadeiro José Guilherme Nabuco de Araújo, proprietário de terras, engenhos e escravos da região açucareira do Cotinguiba. A manutenção dos conflitos envolvendo as facções locais em torno dos projetos políticos em disputa: o das Cortes lisboetas de um lado e D. Pedro e a independência liderada pelo centro sul de outro, o deixava temeroso da anarquia que se instauraria. Assim, citava a conduta das tropas sob seu comando, formadas por índios da vila sergipana de Tomar do Geru e mestiços, “homens tão insubordinados”⁴. O trabalho que estava tendo para controlá-las e a dificuldade em se manter a ordem, pois os comandantes não estavam conseguindo conter as

⁴ Correspondência dirigida ao brigadeiro Pedro Vieira de Melo, em 28 de setembro de 1822. Arquivo Público do Estado da Bahia. Correspondência recebida dos capitães-mores. Sergipe Del Rey. 28 de setembro de 1822. Capitão-mor de Estância. Maço 423.

revoltas da corporação, eram argumentos suficientes para desestimular uma guerra civil. “Bastava esta lembrança”⁵, avisava.

A insubordinação nas tropas e a politização nela possível preocupavam muito a elite, aspecto que também se observa na correspondência do militar, dono de engenhos baianos e deputado, que representou a Bahia nas Cortes Constituintes em Portugal, Luís Paulino Pinto d’Oliveira França para o pai, em 1823:

Anarquistas, terríveis anarquistas, é de que me queixo. Eles querem tudo perder para ver se alguma coisa ganham. Querem lançar por terra o majestoso edifício que tanto custou aos bons erigir, para em seu lugar apresentar o horrível painel da dissolução e ruínas! [...] E devemos, portanto, suportar um punhado de homens que, tendo nascido sem pátria, queiram formar uma a seu jeito, para a nossa ruína?⁶

Destes vestígios, sobressai o clima de apreensão com a desordem suscitada *pelos e nas* tropas, que podiam ser formadas por pobres livres, índios negros libertos e escravos, enfim, grupos sociais potencialmente prenhes de reivindicações num contexto fértil de mudanças. Era uma ameaça nada desprezível.

Homens de cor na política: um país em que “o mulato fosse igual ao branco”

O breve período em que Antônio Rebouças foi secretário do governo da Província de Sergipe (de março de 1824 até 1825, sem informação da data de fim), sob a presidência de província de Manoel Fernandes da Silveira, foi marcado por muitas intrigas, denúncias e desconfianças. Rebouças era mulato, famoso por seu posicionamentos ideológicos acirrados, defensor das ideias liberais e pela intensa atividade política. Tinha prestígio junto ao governo central devido à sua marcante participação no movimento de adesão ao projeto de independência na vila de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, ficando conhecido em todo o país pelos serviços patrióticos então prestados ao projeto de emancipação da colônia. Sua indicação para secretário da província de Sergipe foi feita pelo Imperador D. Pedro I.

⁵ Idem.

⁶ Carta 54. Luís Paulino Pinto da França para Luís Paulino Pinto da França (pai), em 14 de setembro de 1823. IN: Cartas baianas, 1821-1824: subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. (Coleção Brasileira), p. 200-201.

Incomodados com a condição excepcional de um mulato atuar na administração do governo, importantes agentes da elite provincial agiram para vincular Rebouças a um suposto movimento político com fins abolicionistas. É pelo cotejamento da documentação produzida em razão do conflito entre Rebouças e dos grupos dirigentes em Sergipe que se pretende visualizar a presença de outros atores sociais e suas formas de manifestação política naquele momento.

A origem da suspeita, parece, localiza-se numa reunião ocorrida na sede do governo da província, em São Cristóvão, entre Rebouças e um tenente da companhia de Henrique Dias de Santo Amaro das Brotas, região canavieira do Cotinguiba, que havia servido no Exército Pacificador durante a Guerra de Independência. Rebouças explicou que este militar, “um crioulo moço e de maneiras um tanto desembaraçadas” e que “não deixava de fazer ostentação da prática militar que dizia ter adquirido durante a guerra”, dirigiu-se ao governo provincial para apresentar ao presidente e ao secretário suas ideias sobre reforma militar. (MATTOS, GRINBERG, 2004, p. 43). Isso parece que serviu de pretexto para que se divulgasse que o dito oficial pretendia alistar pessoas para uma revolução “haitiana”, contando com o apoio de Rebouças. A suspeita foi levada ao Presidente da Província, que com o Secretário, asseguraram que tal denúncia não procedia, já que sabiam do conteúdo da reunião; mesmo assim acordaram “em expedir instruções às autoridades competentes providenciando como se alguma coisa houvesse de real e digno de ser acautelado” (FREIRE, 1977, p.267).

Devido ao crescimento dos boatos, o Presidente da Província teria solicitado uma investigação embora estivesse convencido que nada havia de concreto para fundamentar a suspeita sobre o secretário. Mesmo assim, o vigário da vila de Santo Amaro das Brotas, Gonçalo Pereira Coelho, fez uma denúncia às autoridades judiciais em que associava Rebouças como partícipe em um plano de “haitianismo”. Relatou, então, ao Comandante de Armas Manoel da Silva Daltro, que Rebouças era o incentivador das desordens e rebeliões de escravos que estavam acontecendo na província. Com esta certeza, o comandante enviou ao Imperador diversas representações sobre a agitação social que percorria Sergipe, alegando que muitas reclamações chegavam até ele de várias regiões da província com um ponto em comum: a repercussão dos ideais pregados por Rebouças, que defendia que “o mulato fosse igual ao branco” (FREIRE, 1977, p. 267).

Fica patente a construção de um cenário de e, mais ainda, a identificação de uma liderança política negra que reunisse o e mobilizasse a ação política dos “mulatos”.

Interessa, aqui, dar visibilidade às referências na documentação sobre os adeptos desse ideário que teriam atuado pela possibilidade de construir uma realidade pautada na igualdade de direitos, ideia que pode ter seduzido muitos mulatos e seus descendentes. Indica-se que em Laranjeiras se formou um grupo de pessoas em reuniões constantes que discutia e compartilhava dessas ideias. Segundo as autoridades, desse grupo participavam alguns militares, como os capitães Silvestre Gonçalves Barroso Botucudo e José Pau do Brasil e seus filhos, os soldados e alferes José de Melo Travassos e seus filhos, Severino Crioulo, além do sapateiro Miguel Gomes e seus filhos. Afirmavam ainda as autoridades que os incitadores dos movimentos de rebeldia da massa escrava eram o padre Sobral, um quartel mestre (o oficial encarregado da administração e abastecimento de um regimento), um “pardo casado” e mais dois homens brancos (MOTT, 1986, p. 68).

Considerando os nomes, o lugar e a ocupação desses indivíduos, supõe-se a presença de mestiços e homens brancos livres e daí, aventam-se os motivos que possuíam para aderir a esse projeto de sociedade. Esses indícios revelam que as discussões políticas, tendo como tema questões como a igualdade e o acesso aos direitos políticos, possivelmente aconteciam nos ambientes familiares de lares modestos, nas oficinas e nos quartéis e revelam as formas de envolvimento político das pessoas comuns na fase de discussão política na Independência.

No afã da perseguição, as autoridades apontavam Antonio Pereira Rebouças como maior responsável pela agitação, “agente e motor de toda a revolução” (MOTT, 1986, p. 68). Keila Grinberg apurou que ele era chamado, de forma depreciativa, pelos proprietários rurais de Sergipe, de “miserável neto da rainha Jinga”. (2002, p. 92). Jinga era rainha dos reinos do Ndongo (hoje Angola) e de Matamba, no sudoeste da África, no século XVII. No Brasil, o nome da Rainha Jinga é referido em vários folguedos da festa dos reis negros do Rosário em que reis de congo católicos lutam contra reis que não aceitavam a religião. Com tal simbologia, associavam Antônio Rebouças, por sua conhecida defesa da abolição, em uma acusação de *haitianismo*, expressão conhecida no século XIX que, “como uma sombra, designava a influência do movimento de São Domingos, que possibilitou negros no poder, na ação política

dos negros e mulatos, escravos e livres nos quatro cantos do continente americano”⁷ (2000, p. 248).

O abastado proprietário de engenho e escravos que ocupava o cargo de Comandante de Armas da Província, Sebastião Gaspar de Almeida Botto, foi além e aprofundou suas denúncias ao afirmar que Rebouças era integrante de uma associação secreta revolucionária gregoriana. O termo relacionava-se com a influência do abade francês Henri Gregoire (1750-1831), religioso e intelectual ilustrado que teve papel destacado na Revolução Francesa e na revolução haitiana. Suas produções intelectuais eram marcadas por reflexões e argumentos acerca da liberdade, do combate à escravidão e a valorização da população escrava. Junto aos ecos da revolução do Haiti e seu significado para a rebeldia da população escrava, a força das suas ideias em torno da defesa da abolição e contra o preconceito racial também causaram temores a elites senhoriais no Brasil. Essa suposta seita teria como plano o extermínio de brancos e previa ainda a organização de uma sociedade composta de pretos e mestiços com amplo acesso de pardos a cargos da burocracia, atrocidade que o proprietário conferia *in loco* ao ver Rebouças com um cargo no Governo provincial.

Os problemas relativos a presença de um mulato na administração da província, na visão da aristocracia sergipana, podem ser captados na manifestação do presidente da Câmara de São Cristóvão, João Simões dos Reis, e do juiz ordinário José Francisco de Sales ao afirmar que:

Tem os mal-feitores crescidos e são quase todos homens de cor porque o secretário do governo, Antônio Pereira Rebouças, homem pardo, os tem doutrinado e persuadido que todo homem pardo ou preto pode ser um general. E eles tão ufanos tem se feito que altamente falam com os brancos, chamando-os de caiado e deixam de guardar aos constituídos em dignidade aquele respeito que até então guardavam.⁸

Destaca-se o indisfarçável incômodo com a possibilidade de alteração da ordem que estruturava as hierarquias e distinções sociais e a falta de respeito pela posição social do indivíduo pela sua

⁷ Na noite de 22 para 23 de agosto de 1791, eclodiu uma violenta insurreição em São Domingos em que escravos negros e alforriados exigem liberdade e igualdade de direitos com os cidadãos brancos, com violenta ação de extermínio da população branca da classe dominante colonial. São Domingos, colônia francesa, era importante produtora de café consumido no mundo, sendo responsável pela metade da produção desse gênero e quase o equivalente de açúcar exportado por Jamaica, Cuba e Brasil juntos. Esta revolta dos escravos, a Revolução do Haiti, demonstrou aos negros de boa parte do mundo atlântico que a liberdade poderia ser alcançada pela ação dos próprios escravos.

⁸ Ofício da Câmara de São Cristóvão. 6 de junho de 1824. IN: MOTT, 1986, p. 60

cor. Ideias de liberdade e igualdade para essa sociedade eram bastante radicais na ótica da elite proprietária.

A visão de perigo pode ser percebida também no conteúdo de uma carta enviada para o mesmo Comandante de Armas da Província, Sebastião Gaspar de Almeida Botto. Nela se informava a ocorrência de um jantar no dia 25 de julho, no termo de Laranjeiras, e que Rebouças teria participado. Após um discurso em que ele teria elogiado São Domingos, foram dadas três saúdes: “A extinção a tudo quanto é do reino, a que chamam de marotos; a segunda extinção de tudo o que é branco do Brasil, a quem chamam caiporas; e a terceira: a igualdade de sangue e de direitos”⁹. O emissário, que assinou com o nome de “amante da ordem”¹⁰, solicitava as providências pois que “os homens de bem confiam em V. Ex., só querem religião, trono e sistema de governo jurado no dia 06 de junho”¹¹, numa referência à aceitação das regras constitucionais vigente no Brasil. “Alerta, alerta, acudir enquanto é tempo”¹², sentenciava ao final o autor anônimo.

Além dessas informações sobre a realização de reuniões e jantares para discussão política, chegavam ao conhecimento das autoridades provinciais também notícias vistas como preocupantes: atos de violência e maus-tratos contra portugueses em Laranjeiras provocados por mulatos. Essa indicação pode sinalizar a relação entre movimento de insatisfação da população parda e o acirramento da perseguição aos portugueses, a partir da presença de Rebouças no governo da província. Para esmiuçar a questão, vale lembrar que conflitos contra o domínio português no comércio e no controle político dos cargos da administração foram aprofundados uma vez que ser brasileiro ou ser português passou a ser encarado como construções políticas com graves implicações para o acesso ao governo e à prática do poder institucionalizado.

A violência empregada e direcionada a esses indivíduos materializava o descontentamento com a desvantagem social sofrida pelos segmentos mulatos. A possibilidade de reversão certamente foi potencializado pela participação de um advogado mulato na administração do governo, não

⁹ Carta para o Comandante de Armas In: FREIRE, 1977, nota 4, p.267.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

exatamente por arquitetar um plano de insubordinação para desestabilizar o mundo dos brancos, mas pelo significado que essa presença possuía para os segmentos que sofriam as limitações sociais e econômicas pautadas por critérios de cor e nascimento, e que parecia não encontrar no Estado que nascia a sua feição, nem o encaminhamento para a contemplação de seus direitos políticos. Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros reconhecida pela Constituição, os mestiços e negros libertos continuavam a sofrer graves restrições de direitos na prática social.

Com tantas denúncias, a crise e o pânico instalados, o juiz ordinário “da facção” (como Rebouças nomeou o grupo hostil a sua presença no governo) abriu devassa contra o secretário. Rebouças, após ler os papéis, pediu ao escrivão “que levasse o processo ao seu Juiz para ele escrever a pronúncia”, e deixasse que ele se defendesse através dos caminhos legais. Na verdade, Rebouças já tinha pedido demissão do cargo ao governo imperial e preparava-se para retornar à província da Bahia (GRINBERG; MATTOS, 2004, p. 43), onde, posteriormente conseguiu provar sua inocência.

Outra evidência importante de se destacar diz respeito a associação elaborada entre o regime republicano e a sublevação dos escravos. Essa articulação estava esboçada desde a experiência que envolveu Rebouças com a ideia de república. O trecho abaixo ilustra bem isso:

Sabem por ser voz pública e notório que Sebastião Soares, crioulo, casado e morador na povoação do Rosário, alferes comandante da companhia de Henriques, tem convocado pelos engenhos e fazendas a pretos cativos para pelo Natal do corrente ano se levantarem contra seus senhores e contra tudo o que fosse branco e os matarem e aclamarem a república (MOTT, L. 1988, p.68).

A experiência da Confederação do Equador também constituiu referência de ameaça, embora saibamos que o encaminhamento da questão da escravidão foi bastante limitado e conservador naquele movimento, já que a abolição dos escravos não foi prevista. Contudo, dizia-se que o evento “merece muita atenção nestas províncias do Norte, aonde há grande abundância de escravos, que são nossos verdadeiros inimigos e hum dos recursos com que contam os anarquistas”¹³, acautelava-se o Comandante de Armas de Sergipe, Brigadeiro Inácio José Vicente da Fonseca. Estas referências na documentação produzida pelas autoridades policiais

¹³ Carta do comandante de Armas de Sergipe, Brigadeiro Inácio José Vicente da Fonseca para o Conde de Lajes apud QUINTAS, 1985, p. 210.

podem indicar pistas para explorar a natureza da associação entre o sistema republicano e a participação dos escravos, pelo menos na perspectiva da lente do medo que a elite proprietária usou para ver esses movimentos. Certamente, “república” possuía um significado muito específico para o escravizados e pode ou não coincidir com o modo como o termo foi apropriado por segmentos da elite.

Mundo da política, reação escrava e pânico senhorial

As pistas documentais permitem aventar que a ocorrência de revoltas e ataques aos senhores no momento da montagem das formas de exercício do poder na província de Sergipe, a partir dos anos 1827, pode guardar relação à reação diante da frustração pela não mudança de vida criada em torno da expectativa de separação de Portugal.

O Conselheiro de governo José Rodrigues Dantas e dono de engenhos, na administração do brigadeiro Manoel de Deus Machado (1826 -1830), abordou um grave assunto que incomodava a todos os proprietários. Ele tinha informações, através de uma carta, de “fonte confiável”¹⁴, de que em Estância, na noite de Natal, “pretendiam alguns perversos darem o grito de aclamação da república, incutindo grande terror nos cidadãos pacíficos”¹⁵. Sabe-se que a preferência dos escravos rebeldes pelas datas de eventos religiosos e festivos justificava-se pelo afrouxamento da vigilância dos senhores (REIS, 2000).

O Conselho solicitou ao Comandante de Armas que tomasse medidas de prevenção por meio de rondas, às vésperas, “proibindo ajuntamentos numerosos” mesmo que “sob o pretexto de divertimento”, com especial atenção ao agrupamento de escravos “prendendo qualquer deste que for encontrado sem escrito de seu senhor, que abone ir a serviço ou mandado seu, e se achada faca ou outra qualquer arma, o entreguem a justiça territorial para lhe infligir a pena de açoites marcada pela Ley”¹⁶.

¹⁴ Ata da Sessão do Conselho do Governo da Província. 18 de dezembro de 1826. Revista..., 1914, p.349

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

Apesar de o Conselho apontar vigilância frouxa e criticar o “descuido do governador de armas para com a questão”¹⁷, talvez por considerarem como insuficientes suas ações investigativas, na reunião seguinte, em janeiro de 1827, as autoridades militares informaram ao Conselho de governo que “após dezoito dias de diligência não encontraram indícios de movimento para a instalação de uma república, mas encontraram muitos ajuntamentos de escravos, dos quais muitos foram presos e lhes fez inflingir a pena de açoites de acordo com a Ley”¹⁸.

O fato é que no ano de 1827 ocorreu o agravamento das tensões escravistas, com o regitro de ocorrência de revoltas e a “revelação” de planos de ataque aos seus senhores. O sargento-mor Hermenegildo José Telles de Menezes, abastado proprietário de engenhos em Santo Amaro das Brotas, relatou seu apuro:

Neste momento escapo por milagre de Maria santíssima de ser vítima do furor de um partido de escravos nagoes meus, do engenho Porteira, Caraibas, Maruim, Taverna, Várzea, Sítio, Santa Bárbara de cujo ataque fica meu filho e ... três forros meus vizinhos e dois escravos não nagoes que foram defensores de minha vida, mulher e filhos. Se acham nove bem maltratados, além de dois suponho mortos. Passo a V. Exa, esta participação e logo quero dar providências, pois desconfo que estavam recolhidos os revoltosos nas matas de que vive cercado e suponho voltarão na seguinte noite.¹⁹

Outros relatos de rebeldia escrava vão surgindo no cenário e a metáfora que associa a fogo dá o tom da urgência. Em outubro desse mesmo ano, José Pinto Carvalho informava ao governo da província que no dia 1, à meia noite, fora acordado pelo sargento-mor João Pais d’Azevedo com graves notícias de “que os escravos dos engenhos Sítio, Peri-peri, Unha de gato e Vagem estavam sublevados, como já na povoação do Rosário e que já se sabia de dois senhores mortos, posto que com pressa não perguntei quem eram os infelizes”²⁰. A reação foi ordenar ao capitão Francisco que “recolhesse todo o homem liberto para formar uma força para ao amanhecer socorrer o ponto mais atacado visto que a desgraça se ateava”²¹.

Os senhores reagiram com ações igualmente violentas. A retaliação seguiu-se e num único dia chegaram a matar 12 ou 14 “rebeldes”, mas reconheciam que a ação não era suficiente, pois

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ata da Sessão do Conselho do Governo da Província. 10 de janeiro de 1827, Revista..., 1914, p. 350

¹⁹ Carta de Hermenegildo José Telles de Menezes, 30 de setembro de 1827, apud MOTT, 1988, p. 38.

²⁰ Ofício do presidente Manoel de Deus Machado ao visconde de São Leopoldo apud MOTT, Luis, op. cit., p. 40.

²¹ Idem.

havia ainda “muito negro dentro dos brejos que julgo não se dará fim a eles esta noite”. O sucesso do combate aos escravos era comemorado, pois “tiveram a fortuna dos homens das ordenanças de encontrar na Mata do Cambuí, junto ao engenho das Cruzes, com um partido de escravos sublevados, dos quais ficaram mortos de 16 a 20, inclusive uma escrava”²².

O presidente comunicou prontamente ao governo imperial o grande apuro dos senhores da província e seus esforços de contenção da desordem, explicando o uso de muita “energia a trabalhar em sufocar a faísca do incêndio (comoção sediciosa de escravos) que é sempre de recear se ateie em um país onde a população dos pretos e escravos excede muito a dos brancos e livres”²³. Detaca-se a percepção de que o perigo passava, assim, por uma questão numérica, mas antes de tudo, política. União, estabilidade e coesão da delite pareciam fundamentais neste momento para a sobrevivência física e econômica desse grupo social.

Entende-se que, para a discussão sobre a participação popular na independência, o registro alarmado de tantas ocorrências de rebeliões escravas após a independência não é aleatória. O acirramento do controle sobre a participação popular do processo político em curso, o que requisitou o uso de recursos violentos para impedir que mudanças muito profundas abalassem a ordem social do país recém-criado após sua independência.

Considerações Finais

Ao procurar por indícios na documentação que referenciassem a participação ou formulação de ideários e atitudes políticas por parte de segmentos populares, intentou-se elencar elementos de fundo histórico que pudessem servir como problematização acerca dessa atuação no processo de independência do Brasil. O resultado, ao fim dessa investida exploratória, indica algumas reflexões e ponderações que mais sinalizam possibilidades de outros questionamentos do que respostas pontuais.

Houve por parte dos agentes das elites coloniais uma dura repressão aliada às limitações socioestruturais sobre a participação política dos grupos socialmente marginalizados. Contudo,

²² Carta de Francisco Correa de 04 de outubro de 1827 apud MOTT, 1988, p. 41.

²³ Ofício do presidente Manoel de Deus Machado ao visconde de São Leopoldo apud MOTT, 1988, p. 41.

nota-se que elementos das camadas populares criaram estratégias de articulação e, de forma específica, vivenciaram as questões urgentes de seu tempo em jantares, reuniões, nos quartéis, em família ou em grupos profissionais, nas tentativas bem ou mal sucedidas de fuga das senzalas, e mesmo engendrando concepções de república, os indivíduos comuns estavam envolvidos em discussões na busca pela concretização de direitos sociais e políticos que pudessem realmente transformar sua condição de subalternidade e exclusão.

Após intensa disputa política intraelite, a constatação por parte das autoridades de que os “verdadeiros inimigos” eram os escravos é bastante reveladora. As dissensões da elite mostraram também aos seus representantes que, por uma questão de sobrevivência dos padrões de dominação até então praticados e dos quais não se abriria mão na modernidade política do liberalismo monárquico, era importante não estender demais o alcance e a capacidade dos outros atores políticos em entabular alianças e negociações, a ponto de trazer a população pobre livre e escrava para o cenário das discussões políticas, seja como agente, seja como tema.

É importante constatar e valorizar, ante a impossibilidade de trilhar os caminhos institucionais oficiais e reconhecidos, a presença de variadas formas de expressão das tensões políticas da sociedade do Primeiro Reinado (1822-1831), vistas como exclusivas às disputas internas da elite, e, se envolvendo segmentos diferentes, à simples oposição entre senhores e escravos. Esta abordagem auxilia na superação da visão da apatia e o aperfeiçoamento da nossa compreensão sobre os anseios, os projetos e as formas das lutas da população pobre, livre e escrava, seus comportamentos próprios de interação com o mundo da política, diante das condições plausíveis que lhe eram dados para atuar, mas, mesmo assim, imaginando que uma realidade diferente, menos desigual, era possível.

Referencias

CARTAS BAIANAS, 1821-1824: subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. (Coleção Brasileira).

Atas da Sessão do Conselho do Governo da Província. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Ano II, fasc. III e IV, v.2, 1914.



Bibliografia

ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

ARAÚJO, Ubiratan castro de. “A política dos homens de cor no tempo da Independência”. In: **Estudos Avançados**, 18, (50), 2004.

BERSTEIN, Serge. “Culturas políticas e historiografia”. In: AZEVEDO, Cecília [et al.]. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p.188.

CARVALHO, Marcus J. M. “Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848)”. In: JANCSÓ, Istvan (org.). **Independência: História e historiografia**. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2005.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo/Campinas: Hucitec/editora da Unicamp, 1996.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes e Governo do Estado de Sergipe, 1977.

GRAHAM, Richard. “Ao mesmo tempo sitiados e sitiados: a luta pela subsistência em Salvador (1822-1823)”. In: István Jancsó (Org.) **Independência: História e historiografia**. São Paulo: Editora Hucitec e Fapesp, 2005.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1(1): 05-27, 1988.



KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o recrutamento de escravos na guerra da Independência na Bahia”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.22, n.43, p.109-126, 2002.

MATTOS, Hebe Maria; GRINBERG, Keila. “Lapidário de si mesmo. Antônio Pereira Rebouças e a escrita de si”. IN: GOMES, Ângela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MOREL, Marco. “O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX”. In: **Almanack Brasiliense**, n.2, nov. 2005. Revista eletrônica. São Paulo, IEB-USP. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/>. Acesso em 4 de janeiro de 2011.

MOTT, Luis. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1986.

MOTT, Luis. “A Revolução dos negros do Haiti e o Brasil”. In: **Escravidão, Homossexualidade e Demonologia**. São Paulo: Ícone, 1988, p.11-48.

PEREIRA, Luisa Rauter. “O conceito político de povo no período da Independência: história e tempo no debate político (1820-1823)”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 66, p. 31-47, 2013.

PRADO JR, Caio. **Evolução política do Brasil**: Colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 21ª ed., 1999.

QUINTAS, Amaro. “O Nordeste”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1985, v.1, tomo 2, 7.ed.

REIS, João José. “Nos achamos em campo a tratar a liberdade: resistência negra no Brasil oitocentista”. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta**, v.1. São Paulo: Senac, 2000.

REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: a resistência negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REMÓND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 2005.

VILHENA, Luís dos Santos. **Cartas de Vilhena**: notícias soteropolitanas e brasílicas. Bahia: IOF, 1922.

WISIAK, Thomas. “Itinerário da Bahia na Independência do Brasil (1821- 1823)”. In: JANCÓS, ISTVAN (Org.). **Independência: História e historiografia**. São Paulo: FAPESP/Hucitec, 2005.

YOUSSEF, Alain. “**El Haitianismo em perspectiva comparativa**: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX)” <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alainelyoussef.pdf> acesso em 09 de novembro de 2014.

Recebido em 2020-10-30

Aprovado em 2020-12-15

Publicado em 2020-12-31

